



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

Faculdade de Ceilândia - FCE

Bacharelado em Saúde Coletiva

LYLIANE MATOS SENA

**Avanços e Desafios da profissão de Catador de material  
reciclável: Uma análise documental do programa Pró Catador DF**

**Brasília – DF**

**2015**

LYLIANE MATOS SENA

**Avanços e Desafios da profissão de Catador de material reciclável:  
Uma análise documental do programa Pró Catador DF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília, Faculdade Ceilândia-FCE, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Vanessa Resende Nogueira Cruvinel.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> MSc. Carla Pintas Marques.

**Brasília – DF**

**2015**

LYLIANE MATOS SENA

**Avanços e Desafios da profissão de Catador de material  
reciclável: Uma análise documental do programa Pró Catador DF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília, Faculdade  
Ceilândia-FCE, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em  
Saúde Coletiva.

Trabalho aprovado em: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Vanessa Resende Nogueira Cruvinel

Faculdade de Ceilândia - Universidade de Brasília – UnB

Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Aldira Guimarães Duarte Domínguez

Faculdade de Ceilândia - Universidade de Brasília – UnB

Avaliador

---

Prof. Dr. José Antonio Iturri de La Mata

Faculdade de Ceilândia - Universidade de Brasília – UnB

Avaliador

**Brasília – DF**

**2015**

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro e presente em horas de angústia.*

*E a minha mãe, obrigada pela paciência, pelo incentivo, força e principalmente pelo amor e confiança.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me abençoar e proteger sempre, especialmente nessa jornada de graduação.

A minha mãe Maria de Jesus Antônio de Matos que me incentivou desde o início, me apoiou e não me deixou desistir. Meu irmão Phelipe Matos Sena que sempre se preocupa comigo, me ouve e me ampara. Ao meu namorado, amigo e companheiro Jhonattan Carlos Ferreira Santos que sempre esteve ao meu lado me dando forças. Obrigada pela paciência e compreensão.

Meus parceiros de jornada Pedro Henrique Gomes e Gleidson Medeiros que me ajudaram em momentos difíceis. As amigas que fiz durante essa jornada Camila Pereira, Isadora Bonifácio, Juliana Brasil e Midiã Nascimento que participaram dos momentos de vitória, angústias, alegrias e sempre deram força para acreditar que sou capaz. Ainda temos uma longa jornada pela frente, a vida, e espero continuar seguindo com vocês, minhas meninas.

Minha amiga Ana Carolina de Souza Lima que sempre acreditou em minha aptidão, me aconselhou, criticou e me acolheu durante todos esses anos. Meus amigos Silas Rocha, Ricardo Fernandes, Pâmella Silva, Kethellen Leite, Aline Oliveira, Jhonnata Gambôa e Rafaella Freitas que seguraram minha mão quando cheguei a querer largar tudo.

Agradeço a todos do INESC e SLU que colaboraram na disponibilização dos dados e informações, em especial os catadores de resíduos sólidos pela lição de vida.

Aos professores pelo aprendizado que foi transferido, não apenas acadêmico, mas em todos os aspectos da minha vida, em especial minha orientadora Vanessa Resende Nogueira Cruvinel pela disposição e dedicação a este trabalho e o incentivo que me deu. Minha coorientadora Carla Pintas Marques pela assistência, apoio e base para desenvolver este trabalho.

A minha banca examinadora Aldira Guimarães Duarte Domínguez e José Antonio Iturri de La Mata, pela disponibilidade de participar e pelas contribuições pessoais acerca da monografia.

E por fim agradeço a Universidade de Brasília por todo o aprendizado, conhecimento e oportunidade de me fazer crescer como profissional e pessoa. E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, meu muito obrigada.

*“E quando o amor ao dinheiro, ao sucesso nos estiver deixando cegos, saibamos fazer pausas para olhar os lírios do campo e as aves do céu.”*

(Érico Veríssimo)

## RESUMO

De acordo com a Política nacional de Resíduos Sólidos todos os lixões do Brasil deveriam ser extintos até 2014. O Pró Catador foi Instituído pelo Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010 e objetiva promover e integrar ações realizadas pelo Governo Federal focalizadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, de maneira que tenha melhoria das condições de trabalho, ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos. O Pró Catador no DF foi instituído em 2012 e ainda está em fase de implementação. Este estudo trata-se de uma pesquisa documental e exploratória que consistiu em analisar o estágio de implementação do programa Pró Catador DF, identificando se ações previstas no projeto base estão sendo realizadas. Outro objetivo foi avaliar o perfil socioeconômico e demográfico dos catadores beneficiados por este programa. Essa apreciação utilizou dados secundários disponibilizados pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU, no site SINCOV e pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC. Utilizou-se o programa SPSS 21 para análise dos dados. Observou-se que o programa ainda se encontra aquém das metas estabelecidas e apenas a Meta 1 de Mapeamento dos Catadores foi plenamente cumprida. Quanto ao perfil dos catadores beneficiados pelo programa verificou-se que a maioria são mulheres 61,51% e 38,49% são homens de uma amostra total de 2.294 trabalhadores com faixa etária média entre 26 e 35 anos. Identificou-se também que 82,35% não faz uso de Equipamento de Proteção Individual, e apenas 14,52% os que utilizam e não soube responder 3,14%. Quanto ao INSS, a maioria não contribui (86,01%) e apenas 11,64% contribuem e os que não sabem ou não soube responder 2,35%. Do questionário realizado pelo INESC a maioria respondeu não ter sofrido acidente de trabalho 79,64% e 18,18% responderam que já sofreram acidente. Do total da amostra 90,32% trabalha de 1 a 5 anos na profissão de catação, 7,72% de 6 a 10 anos, 0,17% mais de 10 anos e 1,79% não souberam ou não responderam. Da amostra, 55,65% responderam que aceitariam se juntar a outras cooperativas, 40,30% responderam que não e 4,06% não responderam; A maioria declarou ter interesse em trabalhar de forma organizada, ou seja, em cooperativas 88,01%. Portanto, conclui-se que o programa Pró Catador DF ainda se encontra em fase de implementação cuja conclusão se faz necessária para apoiar os catadores durante e após o fechamento do lixão da Estrutural e consequente transferência para os Centros de Triagem que estão em construção no DF.

Palavras-Chave: Catadores; Programa Pró Catador DF; Resíduos Sólidos.

## ABSTRACT

According to the Politic National Solid Waste all dumps from Brazil should be extinct until 2014. The Pro Catador was created by Decree No. 7405, of December 23, 2010 and aims to promote and integrate actions taken by the federal government focused on the pickers reusable and recyclable materials, so that has improved working conditions, increased opportunities for social and economic inclusion and expansion of selective collection of solid waste. The Pro Catador in the Federal District was established in 2012 and is still being implemented. This study deals with a documentary and exploratory research was to analyze the implementation stage of the Pro Catador DF program, identifying actions provided in the basic design are being held. Another objective was to evaluate the socioeconomic and demographic profile of scavengers benefited by this program. That assessment used secondary data provided by the Urban Cleaning Service of the Distrito Federal - SLU at the site and SINCOV Institute for Socioeconomic Studies - INESC. We used the SPSS 21 software for data analysis. It was observed that the program is still short of established goals and only 1 goal Mapping of Collectors was fully fulfilled. Regarding the profile of scavengers benefited from the program it was found that most women are 61.51% and 38.49% are men of a total sample of 2,294 workers with an average age between 26 and 35 years. It also found that 82.35% does not make use of Personal Protective Equipment, and only 14.52% and those using not answer 3.14%. As for the INSS, most do not contribute (86.01%) and only 11.64% contribute and those who do not know or could not answer 2.35%. The survey conducted by INESC most said not having suffered work accident 79.64% and 18.18% answered that they have suffered accident. Of the total sample 90.32% working 1-5 years in the profession of grooming, 7.72% 6-10 years 0.17% over 10 years and 1.79% did not know or did not answer. The sample, 55.65% answered that they would accept to join other cooperatives, 40.30% said no and 4.06% did not answer; Most have declared interest in working in an organized manner, ie 88.01% cooperatives. Therefore, it is concluded that the Pro Catador DF program still being implemented whose completion is necessary to support the collectors during and after the closure of Estrutural landfill and subsequent transfer to the screening centers that are under construction in Distrito Federal.

**Keywords:** Collectors; Pro Catador DF program; Solid Waste.

## **Lista de Mapas**

<b>Mapa 1-</b> Distribuição das Cooperativas do Distrito Federal que recebem coleta seletiva.....	27
---------------------------------------------------------------------------------------------------	----

## Lista de Quadros

<b>Quadro 1-</b> Atividade 1.1 referente a Meta 1 .....	41
<b>Quadro 2.</b> Atividade 1.2 referente a Meta 1 .....	42
<b>Quadro 3.</b> Atividade 1.3 referente a Meta 1 .....	43
<b>Quadro 4.</b> Atividades 2.1 e 2.2 referentes a Meta 2.....	44
<b>Quadro 5.</b> Atividade 2.3 referente a Meta 2.....	45
<b>Quadro 6.</b> Atividade 2.4 referente a Meta 2.....	45
<b>Quadro 7.</b> Atividade 3.1 referente a Meta 3.....	46
<b>Quadro 8.</b> Atividade 3.2 referente a Meta 3.....	46
<b>Quadro 9.</b> Atividade 4.1 referente a Meta 4.....	47

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1-</b> Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal com coleta seletiva.....	26
<b>Tabela 2-</b> Distribuição por sexo segundo o perfil sociodemográfico dos catadores.....	49
<b>Tabela 3-</b> Distribuição por sexo segundo o uso de Equipamento de Proteção Individual, Acidente de trabalho e Contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social.....	52
<b>Tabela 4-</b> Distribuição por sexo segundo o perfil socioeconômico, Tempo de catação, recebe outro benefício, Horas de trabalho, Renda média familiar por mês e se recebe bolsa família.....	54
<b>Tabela 5-</b> Distribuição por sexo segundo Cadastro no CadÚnico, Classificação na CBO, Vínculo com Associação e se trabalha em outra Ocupação.....	56
<b>Tabela 6-</b> Distribuição por sexo segundo o número de pessoas na família registradas no CadÚnico, número de pessoas na família catadores (as), que aceitaria se juntar a outras cooperativas e interesse em trabalhar de forma organizada.....	58

### **Lista de Siglas e Abreviações**

<b>CADÚNICO</b>	Cadastro Único para Programas Sociais
<b>CBO</b>	Classificação Brasileira de Ocupações
<b>CEMPRE</b>	Compromisso empresarial para reciclagem
<b>CENTCOOP</b>	Central das Cooperativas de Coleta Seletiva do Distrito Federal
<b>CIISC</b>	Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de materiais recicláveis
<b>CNUMAD</b>	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
<b>CONEP</b>	Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
<b>DF</b>	Distrito Federal
<b>EPI</b>	Equipamento de Proteção Individual
<b>EES</b>	Economia Solidaria
<b>GDF</b>	Governo do Distrito Federal
<b>INESC</b>	Instituto de Estudos Socioeconômicos
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>MNCR</b>	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e do Emprego
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>PEV</b>	Posto de Entrega Voluntária
<b>PNRS</b>	Política Nacional de Resíduos Sólidos

<b>RA</b>	Região Administrativa
<b>SEDEST</b> Renda	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de
<b>SEDHS</b>	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social
<b>SENAES</b>	Secretaria Nacional de Economia Solidária
<b>SLU</b>	Serviço de Limpeza Urbana
<b>SUPAR</b>	Subsecretaria de Fomento a Parcerias

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>JUSTIFICATIVA</b>	20
<b>OBJETIVOS</b>	21
OBJETIVO GERAL	21
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	22
O impacto do lixo na população e meio ambiente	22
Coleta Seletiva	23
Coleta Seletiva no Distrito Federal	25
Organização dos Catadores de Resíduos Sólidos no Brasil	27
Política Nacional de Resíduos Sólidos	29
Política Nacional de Resíduos Sólidos e os Catadores	30
Programa Pró Catador	31
Programa Pró Catador DF	33
Metas a serem realizadas pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos para o Pró Catador DF	34
Metas a serem realizadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social para o Pró Catador DF	36
<b>METODOLOGIA</b>	38

Tipo de estudo	38
Instrumento de coleta de dados	38
Aspectos éticos da pesquisa:	40
<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	41
A ETAPA 1 - Avaliação dos Estágios da implementação do Programa Pró-Catador no DF, que segue abaixo, utilizou o checklist que identificou as atividades cumpridas totalmente, parcialmente ou não cumpridas	41
ETAPA 2 - Perfil socioeconômico e demográfico dos Catadores beneficiados pelo programa Pró Catador DF.	48
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	60
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	
<b>ANEXO 1</b>	

## INTRODUÇÃO

Desde o século XVII vem se discutindo como as condições ambientais interferem na saúde da população. O processo acelerado de industrialização e urbanização em meados dos séculos XVIII e XIX desencadeou efeitos na saúde decorrente da problemática ambiental desde esse período. Foi a partir do século XX que a Inter relação da saúde com meio ambiente se inseriu nas preocupações da saúde pública. A Organização Mundial de Saúde - OMS definiu que “saúde ambiental é o campo de atuação da saúde pública que se ocupa das formas de vida, das substâncias e das condições em torno do ser humano, que podem exercer alguma influência sobre a sua saúde e o seu bem-estar”. (SIQUEIRA; MORAES, 2009).

Com o consumismo exagerado, aumentou a produção e o descarte de resíduos. A demanda por recursos naturais está cada vez maior, o que é preocupante para a saúde da população. O relatório do SLU de 2014 relata que em um mutirão chamado “Levanta, DF “ retirou das vias públicas em menos de vinte dias, mais de 200 mil toneladas de lixo e entulho, quantia que equivale a nove voltas em torno do nosso planeta (SLU, 2015a).

Com esse acúmulo de resíduos entramos em um impasse com dois pontos importantes, os problemas causados à saúde da população e ao meio ambiente por outro a renda que os resíduos geram para os trabalhadores, os catadores de resíduos sólidos.

Para minimizar esses efeitos no meio ambiente foi criado a coleta seletiva de resíduos sólidos, que, além da contribuição para o meio ambiente gera fonte de renda para os catadores em todo Brasil.

Grande parte dos catadores de resíduos sólidos integra o cenário urbano no Brasil há anos, vivendo em diversos espaços espalhados em pequenas e grandes cidades. Seus primeiros registros são do século XIX, o que concluímos que participaram de todo o processo de urbanização. São pessoas com nível de escolaridade baixa que encontram nessa atividade a única alternativa possível para realizar a sobrevivência por meio do trabalho, ou pelo menos aquela mais viável no dentro das necessidades (IPEA, 2013).

De acordo com Medeiros e Macedo (2006) a situação dos catadores se insere em uma ideia de inclusão por exclusão, onde o catador é incluído socialmente pelo trabalho, porém é excluído pela atividade que pratica, sendo marginalizado diante da sociedade.

Os custos dos serviços de coleta em 2014 no DF representaram R\$ 443.000.000, correspondendo a R\$ 154,00 por habitante/ano. Diariamente foram coletadas cerca de 2.500 toneladas de resíduos sólidos urbanos, correspondendo a 0,81 kg por habitante/dia e mais de 6.000 toneladas/dia de entulho (SLU, 2015a).

De acordo com estimativa do Ipea (2013), com base em relatos de gestores públicos e das próprias organizações de catadores, o percentual de trabalhadores ligados a cooperativas e associações nesse setor está em torno de apenas 10% no Brasil.

Assim, considerando todo nosso problema ambiental e social gerado por esse acúmulo de resíduos, com a opção de reciclagem para redução dos mesmos, as cooperativas de catadores, formadas por pessoas que são excluídas perante a sociedade, ganham uma grande importância ao serem colocados nesta nova forma de organização como grandes agentes ambientais. Os catadores buscaram esse modelo de organização cooperativista por ser a forma mais efetiva a eles. Assim buscando seu reconhecimento pessoal como trabalhadores, na esperança de abandonar a visão de serem marginalizados e principalmente, para obter através da renda a inclusão social (MAGNI, 2011).

A lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971 define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Em seu artigo 4º define cooperativa como sendo a “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituída para prestar serviços aos associados, tendo características que distinguem das outras sociedades [...] Com a nova atualização da Lei 12.690 de 19 de julho de 2012 reduz o número de sócios de 20 para apenas 7 sócios, duração do trabalho de oito horas, ressalvadas escalas e plantões, que poderão ser compensadas, repouso semanal e anual remunerados, adicional para atividades insalubres ou perigosas e seguro acidente de trabalho.

Segundo o SEBRAE, nas cooperativas os associados são os donos do patrimônio e os beneficiários dos ganhos que o processo irá gerar beneficiando os próprios cooperados. Já nas associações os associados não necessariamente são os donos e o patrimônio acumulado, em caso de extinção o valor terá que ser destinado à outra instituição semelhante. Enquanto a associação é conveniente para levar adiante uma atividade social, a cooperativa é mais adequada para desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala de forma coletiva.

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações a referente classe de trabalhadores são classificados como catadores de materiais recicláveis. De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos são classificados como catadores de resíduos sólidos. No presente trabalho utilizou-se os dois termos.

Para a inclusão desses catadores na sociedade e no meio de trabalho são desenvolvidos programas nacionais, tais como o Pró Catador e o Cataforte. Os programas estão focados na organização dos catadores na economia solidária, como forma de viabilizar a sua autonomia. No Distrito Federal atualmente estão sendo implementados os programas Pró Catador - SEDHS e INESC, Cataforte e Habitação para Catadores.

Para entender os impactos desses programas no grupo dos catadores de resíduos sólidos foi realizado neste estudo uma análise do estágio da implementação do programa Pró Catador DF. Trata se de um programa social, que tem por objetivo exercer atividades voltadas à mobilização, cadastramento, diagnóstico, capacitação, consultoria, assistência técnica e incubação de cooperativas, associações e grupos de catadores (as) que atuam em redes de cooperação no Distrito Federal (INESC,2014).

## **JUSTIFICATIVA**

O Pró Catador foi Instituído pelo Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. O Programa objetiva promover e integrar ações realizadas pelo Governo Federal focalizadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, de maneira que tenha melhoria das condições de trabalho, ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos. O Pró Catador aqui no DF foi instituído em 2012 e ainda está em fase de implementação. Os objetivos propostos são de grande relevância ao grupo estudado, os catadores. Esses trabalhadores estão expostos diariamente a várias vulnerabilidades e enfrentam diversos tipos de exclusão.

Em março de 2014, entrei no projeto de extensão Pare, Pense, Descarte desenvolvido por alunos do Campus Ceilândia, coordenado pela professora Vanessa Resende Nogueira Cruvinel atualmente, o projeto tem como objetivo proporcionar uma visão ambientalista e de sustentabilidade em relação à coleta seletiva. Atua na comunidade da Ceilândia, com os catadores de resíduos sólidos da Ceilândia e com os alunos da Universidade. A partir do projeto pude compreender a importância do assunto e surgiu o fascínio pelo tema.

É de suma importância o tema desenvolvido em minha pesquisa no campo da Saúde Coletiva. Isso porque os próximos profissionais da área devem estar cientes dos desafios a serem enfrentados na saúde, meio ambiente e com os catadores e dessa forma se capacitarem a pensar em métodos para a melhoria da qualidade de trabalho destes profissionais.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral**

- Analisar o estágio da implementação do Programa Pró Catador DF até o mês de outubro de 2015.

### **Objetivos Específicos**

- Verificar quais metas foram concluídas totalmente, parcialmente e não concluídas do programa Pró Catador DF até o mês de outubro de 2015;
- Identificar os desafios encontrados na implementação do programa;
- Analisar o perfil socioeconômico e demográfico dos Catadores beneficiados pelo programa Pró Catador DF.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### **O impacto do lixo na população e meio ambiente**

Os desafios e as inquietações diante dos diagnósticos ambientais na saúde das populações, ainda são grandes. A OMS definiu saúde ambiental como "o campo de atuação da saúde pública que se ocupa das formas de vida, das substâncias e das condições em torno do ser humano, que podem exercer alguma influência sobre a sua saúde e o seu bem-estar". E a partir de então a saúde passa a ser compreendida no processo de desenvolvimento, englobando todas as condições socioeconômicas (SIQUEIRA; MORAES, 2009).

A população vem desencadeando um desequilíbrio com o consumo de produtos industrializados, e o acúmulo de lixo nas cidades acaba sendo inevitável, devido a cultura e o consumismo. Com isso partimos para o problema com a destinação inadequada desses resíduos, sendo geralmente descartados a céu aberto poluindo o solo e água (MUCELIN; BELLINI, 2008).

Com o acúmulo de problemas ambientais o aquecimento global já se tornou um fato junto com as mudanças climáticas registradas, as devastações das florestas, o buraco na camada de ozônio, o extermínio da biodiversidade, ainda pouco conhecida, a deterioração da qualidade do ar nas grandes cidades, o comprometimento dos fluxos de água, tanto em quantidade, quanto em qualidade, a fome e as doenças precoces e como isso tudo influencia na vida do ser humano. (SIQUEIRA; MORAES, 2009).

Para que se tenha idéia de como o problema ambiental vem ocorrendo há tempos, podemos citar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) que ocorreu em 1992, foi realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU. CNUMAD também conhecida como Rio 92 onde participam 172 países e assinaram a Agenda 21 Global, contendo um programa com 40 capítulos com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável em escala mundial (MARTINS et al, 2015)

Em nossa Constituição Federal de 88 em seu Cap. VI sobre o meio ambiente tem estabelecido o direito e preservação do mesmo.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao

Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Dentro os impactos negativos decorrentes do lixo está a prática de disposição inadequada desses resíduos em margens de estradas, fundos de vale, ou cursos d' água que provocam contaminação da água, assoreamento, enchentes, proliferação de vetores transmissores de doenças, além da poluição visual, mal cheiro e a contaminação do ambiente (MUCELIN; BELLINI, 2008).

De acordo com Campos (2012), a quantidade de geração de resíduos está interligada à cultura, hábito de consumismo, padrão de vida e renda familiar, pois definem o poder de compra da população. Dessa forma, a produção de resíduos sólidos pode ser considerada um indicador socioeconômico.

### **Coleta Seletiva**

A partir desse impacto ambiental e a destinação errônea do lixo surgiu a proposta da Coleta Seletiva para minimizar esses efeitos adversos e reduzir a quantidade de lixo enviado aos aterros.

De acordo com o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU a coleta seletiva é o recolhimento de materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) que não devem ser misturados ao lixo comum das residências ou local de trabalho. Trata-se de um cuidado dado ao resíduo que começa com a separação dos materiais em orgânicos e inorgânicos, e, em seguida, com a disposição correta para o reaproveitamento e reciclagem.

Para que se tenha efetividade do programa é necessário o envolvimento da população. Há ainda a necessidade de informação e divulgação dos programas, a comunidade precisa ser sensibilizada sobre o assunto, motivada e os conceitos e práticas precisam ser assimilados e incorporados no cotidiano da população envolvida (BRINGHENTI; GIINTHER,2011).

Com a separação do lixo por meio da coleta seletiva é possível reaproveitar esses materiais através da reciclagem. É definida pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU como o processo de transformação de um material, cuja primeira utilidade terminou em outro produto. Além de preservar o meio ambiente geram riquezas aos catadores de materiais recicláveis (SLU,2015a).

No site do CEMPRE podemos encontrar uma retrospectiva da coleta seletiva no Brasil, onde fala de sua primeira edição do Ciclosoft em 1994 e nessa época apenas 81 municípios promoviam a coleta seletiva. Já em 2004 a coleta seletiva era realizada em 237 municípios que tinham o programa com uma concentração maior no Sul e Sudeste no ano de 2004 (CICLOSOFT, 2004).

Em 2006 o número de municípios contemplados com coleta seletiva subiu para 327 com 43,5% dos programas tendo uma relação direta com cooperativas de catadores (CICLOSOFT,2006).

Em 2008 a coleta seletiva já tinha abrangência de 405 municípios no Brasil, com cerca de 26 milhões de brasileiros tendo acesso ao programa, no mesmo ano 201 municípios que possuíam a coleta seletiva trabalhavam com o modelo porta-a-porta, 105 municípios possuíam PEV's (Postos de Entrega Voluntária). Dos 405 municípios que operavam o programa de coleta seletiva, 174 tinham relação com cooperativas de catadores de materiais recicláveis (CICLOSOFT,2008).

Em 2010 eram 443 municípios participantes da coleta seletiva. A maioria dos municípios realizavam a coleta seletiva de porta em porta com 78%; Os postos de entrega voluntaria eram de 44% e 74% do programa tinha relação direta com as cooperativas de catadores (CICLOSOFT,2010).

Em 2012, 766 municípios operavam o programa da coleta seletiva. E a concentração maior continuava nas regiões Sul e Sudeste (CICLOSOFT,2012).

No ano de 2014, 927 municípios brasileiros tinham o programa de coleta seletiva implementado, sendo a maior parte coleta de porta em porta com 80%; Apesar da coleta seletiva ter alcançado um maior número de municípios ao longo dos anos são poucas pessoas que têm alcance ao programa, dos 28 milhões de brasileiros apenas 13% tem acesso (CICLOSOFT,2014).

Existem três tipos de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos que vêm sendo usadas com maior destaque no programa: a coleta seletiva em postos de entrega voluntária, quando o próprio gerador vai até um posto de entrega voluntária, conhecido também como local de entrega voluntária, PEV, LEV ou ECOPOSTO, e coloca o material reciclável já separado pelos diferentes tipos de material, a coleta seletiva porta a porta que é feita por veículos

dimensionados para realizar a tarefa, na porta da residência do gerador e por último, a coleta seletiva por trabalhadores autônomos da reciclagem, onde um grupo de trabalhadores autônomos apoiados ou gerenciados por alguma organização social, sem o apoio logístico do poder público, recolhem em via pública o material gerado por domicílios, empresas ou indústrias já estando separado ou não em recicláveis, recolhendo geralmente com carrinhos de tração manual (BRINGHENTI, 2004).

### **Coleta Seletiva no Distrito Federal**

A coleta seletiva no Distrito Federal foi implementada no dia 17 de fevereiro de 2014. É realizada pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU que já vem atuando no DF desde 1961.

Esta foi uma das primeiras instituições ambientalistas criada no Distrito Federal, pelo Decreto Nº 76, de 03 de agosto de 1961. Porém só deixou de ser um serviço autônomo em 1994 quando a Lei Nº 660, de 27 de janeiro de 1994 transformou o Serviço Autônomo de Limpeza Urbana (SLU) em entidade autárquica vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

O relatório do SLU constatou que em 2014 o custo da coleta convencional de 844.186 toneladas de resíduos sólidos foi de R\$65.043.818,00, implicando em um valor médio de R\$77,00 por tonelada coletada e transportada. O custo de coleta seletiva de 50.182 toneladas em 2014 foi de R\$10.241.076,00, implicando em um valor médio (área urbana e rural) de R\$204,00. Portanto, cerca de 6% dos resíduos gerados no DF foram coletados seletivamente. Considerando rejeitos de ordem de 70%, apenas 2% do total de resíduos coletados no DF foram encaminhados à reciclagem (SLU, 2015b).

Pode-se observar que foi um número baixo de recicláveis com um valor auto gasto na coleta seletiva. Por ter sido o primeiro ano de implementação algumas falhas no planejamento podem ter interferido no resultado esperado, como exemplo a falta de conscientização da população por meio da educação ambiental.

Atualmente a coleta seletiva no Distrito Federal abrange as seguintes Regiões Administrativas RAs da tabela 1. Sendo divididas em lote 1, lote 2, lote 3 e lote 4.

**Tabela 1-** Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal com coleta seletiva

LOTE	Região Administrativa	Toneladas de Resíduos
1	I - Brasília	1.838
	X - Guarã	
	XI - Cruzeiro	
	XXII - Sudoeste/Octogonal	
	XXIX - S.I.A.	
2	XXIV - Park Way (excessão Qd. 3 a 5)	1.520
	XIX - Candangolândia	
	VIII - Núcleo Bandeirante	
	II - Gama	
	XII - Samambaia	
	XIII - Santa Maria	
	XV - Recanto das Emas	
	XVII - Riacho Fundo	
XXI - Riacho Fundo II		
3	V - Sobradinho	1.059
	VI - Planaltina	
	VII - Paranoá e Itapoã	
	XIV - São Sebastião	
	XVI - Lago Sul e Jardim Botânico	
	XVIII Lago Norte	
	XXIII - Varjão	
	XXVI - sobradinho II	
	XXXI - Fercal	
	Área Rural do DF	
4	III - Taguatinga	2.178
	IV - Brazlândia	
	IX - Ceilândia	
	XX - Águas Claras	
	XXX - Vicente Pires	
	XXV - S.C.I.A/Estrutural	
	XXIV - Park Way (Qd. 3 a 5)	

Fonte: Relatório Anual Da Coleta Seletiva – 2014: Avaliação do 1º ano de ampliação dos serviços para todo o DF.2015 b.

Os serviços de coleta seletiva no DF estão sob a responsabilidade do SLU, com a terceirização do processo de coleta e transporte para empresas privadas, e do processo de triagem pela disponibilização dos reciclados coletados para as organizações de Catadores de Materiais Recicláveis. No entanto, não são todas as cooperativas que recebem a coleta, no mapa abaixo podemos identificar quais recebem (BRASIL, 2015b).

**Mapa 1-** Distribuição das Cooperativas do DF que recebem coleta seletiva.



Fonte: SLU, 2015 b.

### **Organização dos Catadores de Resíduos Sólidos no Brasil**

Em meados de 1999 aconteceu o I Encontro Nacional de Catadores de Papel, e foi considerado o início do processo de formação do Movimento Nacional dos catadores de materiais recicláveis (MNCR). Ocorreu em Brasília no mês de junho em 2001 o I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, ficou conhecido como um acontecimento político que marcou a categoria. A partir desse Congresso foi lançado a carta de Brasília, onde indica as necessidades de quem sobrevive da coleta de materiais recicláveis. Já em 2002 os catadores conseguiram uma de suas conquistas, o reconhecimento como profissão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e estabeleceu para eles as mesmas obrigações e direitos de um trabalhador autônomo (PRATES,2011).

Mesmo com o reconhecimento da profissão em 2002 pela CBO os catadores continuam trabalhando sem formalidades, atuam sem vínculo empregatício e sem os direitos que são estabelecidos por lei, ganham geralmente menos de um salário mínimo, precisam disputar os materiais recicláveis com seus colegas e enfrentam a exploração das indústrias que sempre querem pagar valores baixos pelos produtos (BORTOLI, 2009).

O aumento de pessoas com a coleta em trabalhos não assalariados, ou seja, sem carteira assinada, vem desenvolvendo a precariedade nas condições de trabalho. Muitas vezes o trabalho

precário acaba desenvolvendo a instabilidade do emprego, uma renda baixa com uma carga horária superior a estabelecida em lei e nem sempre possui materiais básicos para o desenvolvimento do serviço, colocando em risco a própria vida. Essa instabilidade no trabalho afeta a vida emocional das pessoas. Isso porque a exclusão social está inteiramente interligada ao trabalho, o que nos impulsiona a refletir sobre o conceito exclusão/inclusão com trabalhadores de materiais recicláveis (SIQUEIRA; MORAES, 2009).

O percentual de catadores associados a alguma cooperativa é relativamente baixo, está em torno de 10% no Brasil, isso porque muitos catadores preferem trabalhar sozinhos, em nome de uma provável autonomia no controle do tempo e do resultado esperado. Ainda existem desinformações quanto a exigências para a fundação de associativas e cooperativas e muitos não sabem como fazer. O processo para criar esses empreendimentos exige o conhecimento técnico especializado e muitos catadores enxergam as cooperativas e associações como um problema e não como uma solução (IPEA, 2013).

Segundo Medeiros e Macedo (2006) a situação dos catadores se agrava por não terem muita opção, a maioria deles não possuem nem o nível fundamental completo o que os impede de conseguir outro serviço.

A variação de renda existe entre os catadores, isso porque recebem de acordo com as horas trabalhadas, o ritmo de trabalho, a quantidade e qualidade do material recolhido por cada um. É realizada uma pesagem dos resíduos que foram coletados que são pagos semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente com base na produção. Outro ponto que interfere na renda é o preço de venda (CASTILHOS et al, 2013).

Isso acontece porque cada tipo de reciclado tem seu valor por peso, têm o papel, plástico, metal, vidros, embalagens longa vida, isopor e dentro de cada um existem subgrupos com valores maiores e menores. Dentro do subgrupo do plástico por exemplo têm as sacolas coloridas (azul, preta, amarela) e a transparente (branca) que tem um valor maior que as coloridas. A mesma coisa acontece com PET, papel e todo o restante.

Para um breve entendimento da evolução da profissão dos catadores de resíduos sólidos no Distrito Federal podemos fazer uma linha temporal, que começa em 1998 quando teve o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, em 2002 teve o reconhecimento pela CBO, em 2003 a criação do Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo (CIISC), 2006 teve o DECRETO Nº 5.940 Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e

entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, 2007 Lei Saneamento, 2009 LDO( Lei de Diretrizes Orçamentarias), 2010 Política Nacional de Resíduos Sólidos- PRNS, 2011 Plano Brasil Sem Miséria, em 2012 o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, 2013 Pró Catador e Cataforte II, 2014 a PEC 309- Previdência e Cataforte III (PUPPIM, 2015).

### **Política Nacional de Resíduos Sólidos**

A lei 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos que traz consigo uma mudança na sociedade e para os governantes. A política fala de sua responsabilidade compartilhada entre o Governo Federal, os Estados, Distrito Federal e municípios com o gerenciamento ambiental com os resíduos sólidos. Os tipos de resíduos sólidos e os ciclos de vida dos mesmos, são trazidos dentro da PNRS.

Com a Política ficou estabelecido a logística reversa, com objetivo de viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos para o setor empresarial, ou seja, as empresas se responsabilizarão por seu produto produzido. O acordo setorial foi outro ponto colocado na política sendo de suma importância pois são contratos firmados entre o Poder Público e fabricantes, comerciantes, distribuidores ou importadores tendo em vista a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

A PNRS aplica-se em todos os resíduos sólidos menos aos rejeitos radioativos, pois são regulados por legislação específica. PNRS define diretrizes, princípios e instrumentos fundamentais do assunto, como ciclo de vida do produto e logística reversa, procurando uma forma de coordenar a produção e o consumo consciente. A lei também trouxe a diferença entre resíduos e rejeitos.

Art. 3º inciso XV rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e tecnicamente viáveis não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

Art. 3º inciso XVI resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semi-sólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Dessa forma traz o resíduo sólido como uma forma de bem econômico e de valor social, sendo um gerador de trabalho e renda para os catadores. A política obriga os grandes empreendedores a optarem entre a redução, reutilização e a reciclagem, reconhecendo o valor econômico do resíduo e a integração com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Podemos concluir que a PNRS foi uma grande conquista para os trabalhadores de resíduos sólidos no Brasil, entretanto muito ainda deve ser feito para colocá-la em prática em todas as suas instâncias.

### **Política Nacional de Resíduos Sólidos e os Catadores**

No Art. 40 do Decreto Federal 7.404/2010 que regulamenta a PNRS ficou estabelecido que o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos e a logística reversa priorizarão a participação de cooperativas ou de outras formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda. O Decreto Federal também reforça, em seu Artigo 44, que as políticas voltadas a catadores devem observar formas de melhorias em suas atividades.

Art. 44. As políticas públicas voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis deverão observar:

I - a possibilidade de dispensa de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para a contratação de cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - o estímulo à capacitação, à incubação e ao fortalecimento institucional de cooperativas, bem como à pesquisa voltada para sua integração nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; e

III - a melhoria das condições de trabalho dos catadores.

Parágrafo único. Para o atendimento do disposto nos incisos II e III do caput, poderão ser celebrados contratos, convênios ou outros instrumentos de colaboração com pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, observada a legislação vigente.

O Decreto Federal presume, em seu Art. 81, que instituições financeiras federais elaborem linhas especiais de financiamento, inclusive para catadores.

Art. 81. As instituições financeiras federais poderão também criar linhas especiais de financiamento para:

I - cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, com o objetivo de aquisição de máquinas e equipamentos utilizados na gestão de resíduos sólidos;

II - atividades destinadas à reciclagem e ao reaproveitamento de resíduos sólidos, bem como atividades de inovação e desenvolvimento relativas ao gerenciamento de resíduos sólidos; e

III - atendimento a projetos de investimentos em gerenciamento de resíduos sólidos.

O Art. 19 da lei 12.305/2010 na seção IV sobre o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos fica esclarecido a participação dos catadores.

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo: (...) XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver; (...)

Junto com as oportunidades vieram exigências e necessidades de adequações para os catadores, para a participação na coleta seletiva municipal, na logística reversa e no recebimento de recicláveis pelas indústrias. As cooperativas de catadores de resíduos sólidos deverão ter o licenciamento ambiental e comprovar boas práticas de manuseio, acondicionamento, armazenamento e transporte dos resíduos sólidos (NETO, 2011).

Conclui - se que, tanto a PNRS quanto a sua regulamentação, criaram possibilidades para os catadores de forma que os priorizam na coleta seletiva, na logística reversa e no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos. Não apenas cooperativas como quaisquer outras instituições que sejam formadas por catadores ou pessoas físicas de baixa renda, para tanto existem exigências necessárias, e julgo importante, pois considero que para haver efetivação de direitos devem existir deveres.

### **Programa Pró Catador**

Em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi criado o programa Pró Catador. O Decreto 7.404, de 23 de dezembro de 2010 regulamenta a lei 12.305, de 2 de agosto de 2010- PNRS, em seu Título V apresenta sobre a participação dos Catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis.

Art.43º retrata que A União deverá criar, por meio de regulamento específico, programa com a finalidade de melhorar as condições de trabalho e as oportunidades de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Assim originando - se a criação do programa Pró Catador, regulamentado pelo Decreto 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Para a finalidade deste decreto ficou instituído que

“Consideram-se catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis as pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis”.

O Decreto 7.405, de 23 de dezembro de 2010 que regulamenta o Pró Catador traz a integração dos catadores na coleta seletiva e na logística reversa. Em seu Art. 6º define como será composto o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo (CIISC) e sua função de coordenar e realizar o monitoramento do programa. O CIISC terá como execução, incluir e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho da categoria, ampliar as oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem.

Fica instituído no Art.4º para execução do programa que os órgãos do Governo Federal poderão ser envolvidos por meio de convênios, contratos e caberá promover e acompanhar o desenvolvimento de estudos e pesquisas para subsidiar a implantação da coleta seletiva local e outras ações de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Em 2013 foi instituído o Prêmio Cidade Pró-Catador, com objetivo de agradecer as boas práticas dos municípios que são voltadas para a inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis na implantação da coleta seletiva.

Aconteceram duas edições do prêmio. A primeira foi realizada em 2013. Os municípios que ganharam foram Arroio Grande (RS), Bonito de Santa Fé (PB), Crateús (CE) e Ourinhos (SP). O prêmio propôs reconhecer iniciativas municipais de integração que os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis participassem de ações envolvidas com a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. O prêmio seria a participação de dois representantes de cada experiência, um gestor público municipal e um catador e seriam contemplados com viagens para conhecer experiências internacionais de reciclagem (BRASIL,2013).

A segunda edição foi realizada em 2014. Os municípios ganhadores foram Londrina (PR), Santa Cruz do Sul localizado no Vale do Rio Pardo (RS), Manhumirim em Minas Gerais (MG) e Brasópolis localizado no Sul de Minas Gerais (MG). As duas premiações foram realizadas pela extinta Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com o

Ministério do Meio Ambiente, Fundação Banco do Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Os municípios vencedores dessa segunda edição, além do reconhecimento público, teriam o direito de um projeto conjunto entre a prefeitura e associações/cooperativas de catadores, no valor de até R\$120 mil, financiado pela Fundação Banco do Brasil (BRASIL,2014).

### **Programa Pró Catador DF**

Para a realização do programa no Distrito Federal o GDF firmou convênio com o Ministério do Trabalho e do Emprego- MTE/ SENAES (nº774264/2012) disponível no site SINCOV. A entidade contratante é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST, que teve seu nome modificado recentemente para Secretaria de Contas do Distrito Federal – SEDHS, a entidade executora é o Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC.

O SLU não tem vínculo formal com o Pró Catador DF, mas informalmente desenvolve atividades dentro do programa. Foi elaborado uma portaria conjunta na qual institui o SLU como participante do Conselho Gestor do programa, no entanto não está em vigor até o momento.

O convênio do GDF com o Ministério do Trabalho e do Emprego MTE/SENAES foi publicado no diário oficial no dia 27/12/2012, ainda no ano de 2012 o GDF designou a SEDEST como entidade contratante para assumir o Pró Catador DF. O subconvênio da SEDEST (SEDHS) com a entidade executora INESC, foi feito dia 27/06/2014 (SINCOV, 2015).

Existem dois convênios no Pró Catador DF. O primeiro convenio é do GDF com o Pró Catador Nacional, no valor R\$ 5.536.000,00 (cinco milhões e quinhentos e trinta seis mil) sendo que R\$536.000,00(quinhentos e trinta e seis mil reais) é contrapartida do GDF e 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) do Pró Catador Nacional. Até o momento do Federal para a SEDEST/SEDHS foram repassados R\$3.000.000,00 (três milhões de reais). Da SEDEST/SEDHS foram R\$318.000,00 (trezentos e dezoito mil reais). O subconvenio com o INESC para a realização das metas 1,2,3 e 4 foi de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) desse valor foi repassado ao INESC R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos reais) esse recurso veio do Pró Catador Nacional, do GDF para o INESC não foi repassado nenhum recurso ainda (SINCOV,2015).

No início do ano de 2015 durante a troca de governo as pessoas que faziam parte da comissão gestora do programa foram designadas para trabalhar no SLU, tentou se uma transferência do programa da SEDEST (SEDHS) para o SLU, no entanto, por conta da burocracia não se teve sucesso, o que acarretou em atraso para dar se início as atividades, pois até o mês de outubro o Pró Catador DF não tinha nenhuma comissão gestora (SINCOV,2015).

Foram estabelecidas 4 metas a serem cumpridas até o final do ano de 2015. A partir destas metas realizou-se uma análise para entender em que situação se encontrava o programa.

Para apoiar a inclusão sócio produtiva dos catadores do Distrito Federal, a SEDEST/SEDHS contratou por meio de processo licitatório o INESC para exercer atividades voltadas à mobilização, cadastramento, diagnóstico, capacitação, consultoria, assistência técnica e incubação de cooperativas, associações e grupos de catadores (as) que atuam em redes de cooperação no Distrito Federal.

O programa objetiva o fortalecimento da categoria dos catadores de materiais recicláveis do DF por meio de sua identificação para encaminhamento aos CRAS para sua inclusão no CADÚNICO- Cadastro único para Programas Sociais, é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país, afim de incluí-las nos programas sociais do Governo Federal como o Bolsa Família, Prójovem Adolescente/Agente Jovem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Tarifa Social de Energia Elétrica e outros. Além disso, o CadÚnico também é utilizado para conceder a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo Federal (BRASIL, 2015c).

### **Metas a serem realizadas pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos para o Pró Catador DF**

A primeira meta (Meta 1) consiste em apoiar a SEDEST no mapeamento, cadastramento, e realizar diagnóstico situacional dos catadores e catadoras de material reciclável e reutilizável do DF. Dentro dessa meta existem três atividades para o alcance do objetivo, são elas: 1º identificar 2.000 catadores que atuam nos principais pontos de coleta, triagem e separação de resíduos no Distrito Federal por meio de apoio técnico de equipe multiprofissional fornecida por empresa/instituição contratada através de certame licitatório e/ou chamamento público, 2º incluir os catadores no Cadastro Único do Governo Federal, e a 3º elaborar diagnóstico situacional contendo informações relativas aos catadores e catadoras

que residem e/ou trabalham no lixão e em outros pontos do Distrito Federal para subsidiar a implementação das oficinas de capacitação por meio de apoio técnico de equipe multiprofissional fornecida por empresa/instituição contratada através de certame licitatório e/ou chamamento público.

A segunda meta (Meta 2) é realizar a formação e capacitação de catadores (as) de material reciclável e reutilizável do Distrito Federal. As atividades designadas para essa meta são : 1º realizar a capacitação de 500 catadores de material reciclável e reutilizável por meio de curso de 100h/a, destinado à formação em associativismo, cooperativismo, trabalho em grupo e Economia Solidaria, 2º realizar a capacitação de 500 catadores de material reciclável e reutilizável, especialmente os isolados, por meio de curso de 100h/a destinado à formação básica em resíduos sólidos, 3º realizar 01 oficina de 113h/a destinada à formação de 80 catadores para gestão dos empreendimentos e elaboração de projetos para captação de recursos e por último 4º realizar atividade lúdico-pedagógica para 300 filhos de catadores.

A terceira meta (Meta 3) compreende disponibilizar assistência técnica para empreendimentos de Economia Solidaria- EES constituídos por catadores (as) de material reciclável e reutilizável, a fim de estimular a formação e o fortalecimento de redes de cooperação e comercialização dos resíduos coletados. As atividades consistem em 1º prestar 2.640 horas de assistência técnica para 33 EES (80 horas p/ empreendimento) constituídos por catadores de material reciclado e reutilizável, por meio de apoio técnico de equipe multiprofissional fornecida por empresa/instituição contratada através de certame licitatório e /ou chamamento público e 2º contratar consultoria de 120h para realização e sistematização de pesquisa (s) de mercado no Distrito Federal acerca da comercialização dos resíduos coletados pelos catadores por meio de apoio técnico de equipe multiprofissional fornecida por empresa/instituição contratada através de certame licitatório e/ou chamamento público.

A quarta meta (Meta 4) é estimular o desenvolvimento institucional e tecnológico dos catadores (as) de material reciclável e reutilizável do DF, por meio do processo de incubação, assistência e acompanhamento de empreendimentos de Economia Solidaria que trabalham com o manejo de resíduos secos.

A atividade prevista para alcançar os objetivos da meta quatro é a realização do processo de incubação, por um período de 18 meses no mínimo de oitenta horas, para todas as cooperativas e associações, que vão integrar os futuros 12 centros de triagem que serão

implantados, por meio de apoio técnico de equipe multiprofissional fornecida pela Entidade Conveniada através do edital de chamamento público.

O responsável por realizar essas quatro metas é o INESC, como resultado esperam-se a formação e o fortalecimento das organizações dos catadores das redes de cooperação e comercialização dos resíduos. Os catadores das redes CENTCOOP e da REDE ALTERNATIVA são participantes do programa Pró Catador DF.

#### **Metas a serem realizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social para o Pró Catador DF**

A Meta 5 (cinco) é promover o intercâmbio e a disseminação de boas práticas para inclusão produtiva e o desenvolvimento dos empreendimentos solidários, grupos informais e catadores isolados com a participação de catadores e catadoras de material reciclável e reutilizável de forma a contribuir nas ações de combate à pobreza extrema no Distrito Federal. As atividades previstas para alcançar o objetivo são: 1º garantir a participação de no mínimo 500 catadores e catadoras de material reciclável e reutilizável no “12º Festival Regional do Lixo e Cidadania” que será realizado em Brasília/DF em 2013, 2º realizar 03 Intercâmbios técnicos sendo 2 (dois) nacionais e 01 (um) internacional com participação de 15 catadores em cada evento, 3º garantir a participação de no mínimo 40 catadores e catadoras de material reciclável e reutilizável no evento “4ª Expo-Catador” que foi realizado no em São Paulo/SP, em 2013, 4º garantir a participação de no mínimo, 102 catadores de material reciclável e reutilizável no 13ª Festival Regional do Lixo e Cidadania” que foi realizado no em Belo Horizonte/MG, em 2014 e 5º atividade garantir a participação de no mínimo 40 catadores de material reciclável e reutilizável no evento “5ª Expo-Catador que foi realizado no em São Paulo/SP, em 2014.

A Meta 6 (seis) é realizar pequenas reformas afim de adequar os espaços físicos de trabalho de 06 (seis) ESS, sendo 02 (dois) na Estrutural; 01 (um) Santa Maria; 01 (um) Ceilândia; 01 (um) Sobradinho e 01 (um) na Asa Sul, Brasília-DF, de modo a garantir salubridade dos catadores. Para tanto serão realizadas três atividades: 1º realizar pequenas reformas na parte de alvenaria de 06 (seis) unidades produtivas de catadores de material reciclável e reutilizável, de acordo com o que está disposto no Termo de Referência e de Especificação Técnica, 2º realizar pequenas reformas na parte elétrica de 06 (seis) unidades produtivas de catadores de material reciclável e reutilizável de acordo com o que está disposto no Termo de Referência e de Especificação Técnica e 3º realizar pequenas reformas na parte

hidráulica de 06 (seis) unidades produtivas de catadores de material reciclável e reutilizável de acordo com o que está disposto no Termo de Referência e de Especificação Técnica.

A Meta 7 (sete) estruturar 1 (uma) Unidade Produtiva de Reciclagem de PET a fim de agregar valor comercial ao material coletado pelos catadores. Esta atividade consiste em adquirir os equipamentos necessários para reciclar todo material em PET criando alternativas de renda para os catadores. Para isso será realizada a atividade de equipar 1 (unidade) produtiva de reciclagem de PET na Região Administrativa da Estrutural/DF para atender em média 200 catadores de material reciclado e reutilizável.

Como resultados esperam se que venha possibilitar os catadores a terem o acesso de novas tecnologias e se tornem multiplicadores de conhecimentos e práticas exitosas no aproveitamento dos resíduos sólidos, a melhoria das condições de trabalho de pelo menos 1.500 catadores e propiciar alternativa de trabalho e renda aos catadores e poder aumentar os rendimentos dos catadores que atuam na coleta de garrafas PET.

## **METODOLOGIA**

### **Tipo de estudo**

Trata-se de um estudo descritivo exploratório de caráter quantitativo/qualitativo. As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias visando formular problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos futuros. Esse tipo de pesquisa geralmente é utilizado quando o tema definido é pouco explorado e torna-se difícil formular teorias precisas. Envolve levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas, e estudos de caso (GIL, 2008).

Pesquisa descritiva tem como objetivo fazer descrição das características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Vários estudos podem ser classificados sob esse título, sua característica principal está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008).

Os estudos qualitativos permitem que compreenda melhor um fenômeno através do contexto que ocorre e faz parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. O estudo qualitativo pode ser realizado através de diferentes formas. As mais utilizadas são: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia (GODOY, 1995).

Os estudos quantitativos possuem como diferencial a intenção de garantir a precisão dos trabalhos realizados, conduzindo um resultado com poucas chances de erros. A coleta de dados geralmente é realizada através de questionários e entrevistas que apresentam variáveis distintas e relevantes para a pesquisa e geralmente é apresentado em gráficos ou tabelas (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008).

### **Instrumento de coleta de dados**

A pesquisa foi elaborada em 2 etapas: Etapa 1- Elaborado um roteiro, do tipo checklist, para identificar o panorama do cumprimento de metas do Programa pró-Catador no DF

classificando-as em 3 categorias: realização total, parcial e não realização das atividades previstas no plano de ação do programa.

Para analisar o estágio da implementação do programa Pró Catador DF foi feita uma avaliação normativa, com análise documental de dados secundários disponibilizados pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal- SLU, site SINCOV e Instituto de Estudos Socioeconômicos- INESC

A apreciação normativa é a atividade onde procura se verificar se uma intervenção corresponde às expectativas. Fundamenta-se em formular um juízo sobre a estrutura, os processos e os resultados da intervenção em confronto com determinadas normas. Essa apreciação procura responder três perguntas relativas ao resultado: 1- Os recursos são adequados para que se obtenham os resultados esperados? 2- Os recursos são adequados para que se obtenham os resultados? E 3- Os resultados obtidos correspondem aos almejados? (CHAMPAGNE et al, 2013).

Segundo Hartz (1997) avaliar consiste basicamente em fazer uma análise de valor a respeito de uma intervenção ou sobre qualquer um de seus componentes, com o objetivo de ajudar na tomada de decisões. Esta análise pode ser resultado da aplicação de critérios e de normas definido como avaliação normativa ou se elaborar a partir de um procedimento científico, a pesquisa avaliativa.

Etapa 2- A segunda parte da pesquisa foi analisar o perfil socioeconômico e demográfico dos Catadores beneficiados pelo programa Pró Catador DF. Estes dados foram disponibilizados pelo INESC, que manteve o sigilo dos dados nominais dos participantes. Estas informações foram levantadas por este órgão para obtenção do CadÚnico dos catadores do DF que os possibilita de receber os auxílios para esta categoria.

Estes dados até o momento não estão disponíveis para consulta pública. Portanto, foi elaborado um ofício pela orientadora do TCC solicitando ao INESC a liberação dos dados coletados do Pró Catador DF para serem utilizados nesta monografia, disponível no anexo I. Os dados coletados foram analisados utilizando – se o programa SPSS 21 e a tabela criada no programa Excel 2013.

Para melhor compreensão as variáveis foram analisadas classificando-as em:

- Variáveis Demográficas: sexo, idade, estado civil, se possui filhos, quantidade de filhos, raça e escolaridade;
- Variáveis que descrevem a segurança do trabalhador: se fazem uso de E.P.I, os acidentes de trabalho e se contribui para o INSS;
- Variáveis Socioeconômicas: há quanto tempo trabalham com catação, se recebe outro benefício, as horas de trabalho, renda média familiar por mês e se recebe bolsa família;
- Variáveis que estão relacionadas a informações da profissão como: se tem o cadastramento no CadÚnico, o registro na ocupação de catador pela CBO, se possui vínculo com alguma associação e se trabalha em outra ocupação além de catador;
- Variáveis que identificam o interesse dos catadores em trabalharem de forma organizada, são elas: quantas pessoas na família são registradas no CadÚnico, quantas pessoas na família são catadores (as), se aceitaria se juntar a outras cooperativas e se possui interesse de trabalhar de forma organizada.

### **Aspectos éticos da pesquisa**

Por se tratar de uma pesquisa documental que utilizou dados secundários e não nominais, esta não foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa – CEP segundo Resolução 466/12 do Ministério da Saúde.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão divididos em duas etapas a fim de contemplar as análises quantitativas e qualitativas. A ETAPA 1- Avaliação dos Estágios da implementação do Programa Pró-Catador no DF, que segue abaixo, utilizou o checklist que identificou as atividades cumpridas totalmente, parcialmente ou não cumpridas.

Para fins de organização das informações deste trabalho, avaliaremos as quatro metas em cada uma das suas atividades.

A Meta 1 – Apoiar a SEDEST no mapeamento, cadastramento, e realizar o diagnóstico situacional dos catadores e catadoras de material reciclável e reutilizável do DF, será avaliada nas atividades que se seguem abaixo nos quadros de 1 a 3. A data prevista para início foi 04/07/2014 com finalização em 25/12/2015.

**Quadro 1-** Atividade 1.1 referente a Meta 1.

Atividade 1.1	Cumpriu totalmente	Cumpriu parcialmente	Não cumpriu
Identificar 2.000 catadores que atuam nos principais pontos de coleta, triagem e separação de resíduos no Distrito Federal por meio de apoio técnico de equipe multiprofissional fornecida por empresa/instituição contratada através de certame licitatório e/ou chamamento público.		X	

Fonte: Elaboração própria

A atividade 1.1 que trata do mapeamento dos catadores e catadoras de material reciclável e reutilizável do DF teve início em novembro de 2014, com atraso de 3 meses do período inicialmente previsto.

O INESC realizou a busca ativa e mapeamento de catadores em algumas cooperativas do DF, catadores localizados no Aterro do Jóquei e com catadores autônomos. O objetivo inicial seria identificar 2.000 catadores, porém até o mês de outubro foram detectados 2.294. Ressalta-se ainda que esse mapeamento não foi realizado na sua plenitude, mesmo alcançando o número desejado.

Após o início da atividade a expectativa ficou maior devido ao número encontrado no mapeamento feito no Aterro do Jóquei, com total de 1.500 catadores. Ainda faltam delinear várias cooperativas do DF, e ressaltando que novos catadores poderão surgir ao longo do tempo.

**Quadro 2-** Atividade 1.2 referente a Meta 1.

<b>Atividade 1.2</b>	<b>Cumpriu totalmente</b>	<b>Cumpriu parcialmente</b>	<b>Não cumpriu</b>
Incluir os catadores no Cadastro Único do Governo Federal			<b>X</b>

Fonte: Elaboração própria

A atividade 1.2 que trata-se da inclusão dos catadores no Cadastro Único do Governo Federal- CadÚnico não foi realizada até o mês de outubro do corrente ano, apesar dos dados já terem sido repassados para a SEDEST (SEDHS).

Essa inclusão não foi realizada até o momento por falta de profissionais na SEDEST/SEDHS principalmente na área referente aos catadores. A Subsecretaria de Fomento a Parcerias - SUPAR propôs que os estagiários do programa Pró Catador DF realizasse esse cadastramento, no entanto a SEDEST/SEDHS não aceitou porque os estagiários são beneficiários do programa.

Importante destacar que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST foi alterado para Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social – SEDHS. Mudou com a reforma realizada pelo novo governo do GDF, Rodrigo Rollemberg.

Como dito anteriormente o CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva a identificação de todas as famílias de baixa renda existentes no país, afim de incluí-las nos programas sociais do Governo Federal como o Bolsa Família, Prójuvem

Adolescente/Agente Jovem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Tarifa Social de Energia Elétrica e outros. Além disso, o CadÚnico também é utilizado para conceder a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo Federal (BRASIL, 2015c).

**Quadro 3-** Atividade 1.3 referente a Meta 1.

<b>Atividade 1.3</b>	<b>Cumpriu totalmente</b>	<b>Cumpriu parcialmente</b>	<b>Não cumpriu</b>
Elaborar diagnóstico situacional contendo informações relativas aos catadores e catadoras que residem e/ou trabalham no lixão e em outros pontos do Distrito Federal para subsidiar a implementação das oficinas de capacitação por meio de apoio técnico de equipe multiprofissional fornecida por empresa/instituição contratada através de certame licitatório e/ou chamamento público.		X	

Fonte: Elaboração própria

A atividade 1.3 foi realizada parcialmente a partir dos dados de famílias de catadores que já tinham o cadastrado no CadÚnico, foi realizado um diagnóstico prévio situacional desses catadores. Está em execução uma pesquisa com arcabouço de todas as legislações que diz respeito aos catadores, resíduos sólidos, meio ambiente, saúde habitacional, uma vez que essa atividade tem a proposta de incluir todas políticas públicas no diagnóstico.

Os questionários aplicados aos catadores também estão sendo tabulados, para serem inseridos no diagnóstico. A data prevista para fechamento da tabulação destes questionários é no final de novembro de 2015.

A Meta 2- Realizar a formação e capacitação de catadores (as) de material reciclável e reutilizável do Distrito Federal, será avaliada nas atividades que se seguem abaixo nos quadros de 4 a 6. A data prevista para início foi janeiro de 2015 com finalização em dezembro de 2015.

**Quadro 4-** Atividades 2.1 e 2.2 da Meta 2.

<b>Atividade 2.1</b>	<b>Cumpriu totalmente</b>	<b>Cumpriu parcialmente</b>	<b>Não cumpriu</b>
<b>2.1</b> Realizar a capacitação de 500 catadores de material reciclável e reutilizável por meio de curso de 100h/a, destinado à formação em associativismo, cooperativismo, trabalho em grupo e economia solidaria.			<b>X</b>
<b>2.2</b> Realizar a capacitação de 500 catadores de material reciclável e reutilizável, especialmente os isolados, por meio de curso de 100h/a destinado à formação básica em resíduos sólidos.			<b>X</b>

Fonte: Elaboração própria

A execução das atividades 2.1 e 2.2 ainda não foram realizadas pois é necessário um trâmite burocrático ainda a ser vencido. O recurso financeiro para essas atividades já se encontra disponibilizado, porém há a necessidade de aprovação do Comitê Gestor. Este Comitê Gestor, até outubro de 2015, ainda não havia sido institucionalizado.

O INESC conta atualmente com uma turma piloto de 22 catadores, as capacitações são realizadas na Estrutural, no Centro da Juventude. Os estagiários do programa Pró Catador DF também participam dessas capacitações. Atualmente são 31 estagiários, após o início das atividades 2.1 e atividade 2.2 será realizado outro edital para o chamamento de mais nove estagiários totalizando 40. O recurso financeiro para a realização dessa turma piloto é do próprio INESC.

Dos estagiários que participam do programa a maioria são catadores ou filhos de catadores. Sendo 27 mulheres e 4 homens. Para efetuar a participação tiveram que apresentar na entrevista uma carta do presidente da cooperativa ou uma carta assinada pelo SLU dizendo que era catador ou filho de catador, qual cooperativa que estava relacionado, assinatura do presidente, ter acima de 18 anos e estar estudando.

Além da turma piloto estão sendo realizados semanalmente seminários com os estagiários do programa, com temas relacionados a raça, gênero, tributação, cooperativismo, gerenciamento de resíduos sólidos e liderança. Quem administra esses seminários são os assessores do INESC e o recurso financeiro também é subsidiado pelo mesmo.

Mesmo com a realização dos seminários semanalmente e a turma piloto, não são todos os catadores que participam, são poucos os contemplados se comparado ao total de catadores encontrados. O não cumprimento dessas atividades de capacitações previstas no programa poderá implicar, a curto prazo, em se manter o catador realizando as suas atividades de trabalho sem o conhecimento básico do trabalho em cooperativa, do trabalho em grupo e de economia solidária.

**Quadro 5-** Atividade 2.3 referente a Meta 2.

<b>Atividade 2.3</b>	<b>Cumpriu totalmente</b>	<b>Cumpriu parcialmente</b>	<b>Não cumpriu</b>
Realizar 01 oficina de 113h/a destinada à formação de 80 catadores para gestão dos empreendimentos e elaboração de projetos para captação de recursos.			<b>X</b>

Fonte: Elaboração própria

A atividade 2.3 ainda não foi contemplada também por conta do recurso financeiro que depende do Comitê Gestor.

**Quadro 6-** Atividade 2.4 referente a Meta 2.

<b>Atividade 2.4</b>	<b>Cumpriu totalmente</b>	<b>Cumpriu parcialmente</b>	<b>Não cumpriu</b>
Realizar atividade lúdico-pedagógica para 300 filhos de catadores.			<b>X</b>

Fonte: Elaboração própria

A atividade 2.4 ocorrerá de forma simultânea às atividades 2.1, 2.2 e 2.3, que ainda não ocorreram.

A Meta 3- Disponibilizar assistência técnica para empreendimentos de Economia Solidária constituídos por catadores (as) de material reciclável e reutilizável, a fim de estimular a formação e o fortalecimento de redes de cooperação e comercialização dos resíduos coletados,

será avaliada nas atividades que se seguem abaixo nos quadros de 7 e 8. A data prevista para início foi 04/07/2014 com finalização em dezembro de 2015.

**Quadro 7-** Atividade 3.1 referente a Meta 3.

<b>Atividade 3.1</b>	<b>Cumpriu totalmente</b>	<b>Cumpriu parcialmente</b>	<b>Não cumpriu</b>
Prestar 2.640 horas de assistência técnica para 33 EES (80 horas p/ empreendimento) constituídos por catadores de material reciclado e reutilizável, por meio de apoio técnico de equipe multiprofissional fornecida por empresa/instituição contratada através de certame licitatório e /ou chamamento público.			<b>X</b>

Fonte: Elaboração própria

A atividade 3.1 não foi realizada pois, segundo o INESC, deve-se realizar primeiramente a Meta 4. Isso porque antes de oferecer a assistência técnica faz se necessário realizar a incubação, fazer o diagnóstico das cooperativas primeiramente e realizar juntamente com os catadores um processo cultural de forma que eles se sintam empoderados e não coagidos.

**Quadro 8-** Atividade 3.2 referente a Meta 3.

<b>Atividade 3.2</b>	<b>Cumpriu totalmente</b>	<b>Cumpriu parcialmente</b>	<b>Não cumpriu</b>
Contratar consultoria de 120h para realização e sistematização de pesquisa (s) de mercado no Distrito Federal acerca da comercialização dos resíduos coletados pelos catadores por meio de apoio técnico de equipe multiprofissional fornecida por empresa/instituição contratada através de certame licitatório e/ou chamamento público.			<b>X</b>

Fonte: Elaboração própria

A atividade 3.2 que trata se da contratação de empresa para sistematizar uma pesquisa de mercado no Distrito Federal, ainda não foi realizada. É de grande importância que haja dados e informações acerca da comercialização de resíduos a fim de otimizar e qualificar a atuação do trabalhador catador.

A Meta 4- Estimular o desenvolvimento institucional e tecnológico dos catadores (as) de material reciclável e reutilizável do DF, por meio do processo de incubação, assistência e acompanhamento de empreendimentos de Economia Solidaria que trabalham com o manejo de resíduos secos, será avaliada na atividade que se seguem abaixo no quadro 9. A data prevista para início foi janeiro de 2015 com finalização em dezembro de 2015.

**Quadro 9-** Atividade 4.1 referente a Meta 4.

<b>Atividade 4.1</b>	<b>Cumpriu totalmente</b>	<b>Cumpriu parcialmente</b>	<b>Não cumpriu</b>
Realização do processo de incubação, por um período de 18 meses no mínimo de oitenta horas, para todas as cooperativas e associações, que vão integrar os futuros 12 centros de triagem que serão implantados, por meio de apoio técnico de equipe multiprofissional fornecida pela Entidade Conveniada através do edital de chamamento público.		X	

Fonte: Elaboração própria

A atividade 4.1 encontra-se em andamento. Foi realizado o diagnóstico completo com algumas cooperativas, como questões de estrutura, gestão administrativa e financeira, quantidade e qualidade dos materiais que cada uma recebe e E.P.I.

Para a realização dos Centros de Triagem o SLU irá se responsabilizar pela criação de três centros e o BNDES será responsável pela criação de cinco, os outros quatro ainda não tem definido a instituição responsável.

A Meta 5 promover o intercâmbio e a disseminação de boas práticas para inclusão produtiva e o desenvolvimento dos empreendimentos solidários, grupos informais e catadores isolados com a participação de catadores e catadores de material reciclável e reutilizável de forma a contribuir nas ações de combate à pobreza extrema no Distrito Federal; a Meta 6, realizar pequenas reformas afim de adequar os espaços físicos de trabalho de 06 (seis) ESS, sendo 02 (dois) na Estrutural; 01 (um) Santa Maria; 01 (um) Ceilândia; 01 (um) Sobradinho e 01 (um) na Asa Sul, Brasília-DF, de modo a garantir salubridade dos catadores e a Meta 7, estruturar 1 (uma) Unidade Produtiva de Reciclagem de PET a fim de agregar valor comercial ao material coletado pelos catadores. Esta atividade consiste em adquirir os equipamentos necessários para reciclar todo material em PET criando alternativas de renda para os catadores,

não foram avaliadas nesta pesquisa pois, segundo o INESC, são metas que foram readequadas e estão sendo reestruturadas pela instituição SEDEST/SEDHS.

A Etapa 2 desse trabalho, pretende analisar o perfil socioeconômico e demográfico dos Catadores beneficiados pelo programa Pró Catador DF.

Para analisar os dados socioeconômicos e demográficos utilizou-se como base os questionários que foram aplicados pelo INESC aos catadores identificados na meta 1. Não houve acesso aos dados primários como nome, endereço, telefone etc. Para avaliação e interpretação dos dados foi utilizado o programa SPSS e a tabela foi construída no programa Excel.

A Tabela 2 apresenta os resultados descritivos das variáveis demográficas dos catadores, considerando: sexo, idade, estado civil, se possui filhos, quantidade de filhos, raça e escolaridade.

**Tabela 2-** Distribuição por sexo segundo o perfil sociodemográfico dos catadores.

	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
<b>Sexo</b>	883	38,49	1411	61,51	2294	100
<b>Idade</b>						
< 18	5	0,22	5	0,22	10	0,44
18 – 25	172	7,5	230	10,03	402	17,52
26 – 35	264	11,51	394	17,18	658	28,68
36 – 45	213	9,29	392	17,09	605	26,37
46 – 55	141	6,15	242	10,55	383	16,7
≥ 56	73	3,18	120	5,23	193	8,41
Não informou	15	0,65	28	1,22	43	1,87
<b>Possui conjuge</b>						
Sim	383	16,70	417	18,18	800	34,87
Não	456	19,88	1015	44,25	1471	64,12
Não sabe ou não respondeu	10	0,44	13	0,57	23	1,00
<b>Possui Filhos</b>						
Sim	683	29,77332	1298	56,58239	1981	86,35571
Não	189	8,238884	98	4,272014	287	12,5109
Não sabe ou não respondeu	11	0,479512	15	0,65388	26	1,133391
<b>Quantos filhos possui</b>						
1 filho	168	7,32	203	8,85	371	16,17
2 filhos	172	7,5	318	13,86	490	21,36
3 filhos	130	5,67	307	13,38	437	19,05
4 filhos	94	4,1	206	8,98	300	13,08
5 filhos	43	1,87	110	4,8	153	6,67
6 filhos	32	1,39	51	2,22	83	3,62
7 filhos	21	0,92	45	1,96	66	2,88
8 filhos	7	0,31	26	1,13	33	1,44
9 filhos	6	0,26	10	0,44	16	0,7
10 filhos	6	0,26	9	0,39	15	0,65
>10 filhos	5	0,22	10	0,44	15	0,65
Não se aplica	199	8,67	116	5,06	315	13,73
<b>Raça</b>						
Branco	134	5,84	193	8,41	327	14,25
Preto	204	8,89	295	12,86	499	21,75
Pardo	480	20,92	838	36,53	1318	57,45
Amarelo	19	0,83	41	1,79	60	2,62
Indígena	15	0,65	12	0,52	27	1,18
Não sabe ou Não Respondeu	31	1,35	32	1,39	63	2,75
<b>Escolaridade</b>						
Nunca estudei	88	3,84	112	4,88	200	8,72
Apenas alfabetizado (Leio e escrevo)	70	3,05	120	5,23	190	8,28
Ensino Fundamental –1ª a 4ª série	245	10,68	394	17,18	639	27,86
Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série	291	12,69	467	20,36	758	33,04
Ensino Médio	141	6,15	241	10,51	382	16,65
Ensino Técnico	35	1,53	53	2,31	88	3,84
Ensino Superior	5	0,22	15	0,65	20	0,87
Pós-Graduação	0	0,00	1	0,04	1	0,04
Não sabe ou Não Respondeu	8	0,35	8	0,35	16	0,70

Fonte: Dados do INESC e elaboração própria da autora, 2015.

O total da amostra foi de 2.294 catadores. O número de mulheres foi maior que o número de homens, sendo 61,51% mulheres e 38,49% homens. O estudo de Castilhos (2013) realizada nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil teve uma proporção de mulheres maior que a de homens também. No estudo feito por Leone (2008) sobre a inserção de mulheres no mercado de trabalho, apontou que as mulheres são restritas em ocupar postos de trabalho de maior prestígio social, devido a essa discriminação estão em ocupações com piores remunerações.

Em relação a idade maioria 28,68% tem entre 26 e 35 anos e 26,37% de 36 a 45 anos. A média de idade dos catadores relatada no estudo do IPEA 2013 foi de 39 anos no Brasil, sendo no Sudeste a média de 40 anos e no Nordeste 38 anos, resultados próximos ao encontrado nesse estudo. Desta forma percebe-se a necessidade de criar políticas públicas voltadas a esse público de jovens. Quanto ao estado civil a maioria dos catadores declaram se solteiros 64,12% e 34,87% são casados, provavelmente isso ocorre devido a exclusão social e discriminação que estes trabalhadores sofrem perante a sociedade.

A grande maioria 86,35% possuem filhos, 12,51% não possuem e 1,13% não soube responder. Destes que tem filhos a maioria 21,36% tem 2 filhos, 19,05% tem 3 filhos e 16,17% tem apenas 1. O resultado de Jesus (2012) foi similar ao desse trabalho, sendo que a maioria declarou ter até três filhos 49%.

Em relação à raça a maior parte 57,45% se declararam pardos, 21,75% se declararam negros, 14,25% são brancos, 2,62% amarelo, 1,18% indígena e 2,75% não soube informar ou não respondeu à pergunta. Pode-se perceber a convergência se comparado ao estudo do IPEA 2013, onde relatou que no Brasil 66,1% declaram-se negros na profissão e no Centro Oeste 71,3%. Esse alto índice de negros na profissão de catador pode ser pela discriminação e preconceito que a raça sofre no dia a dia, impossibilitando-os de se inserirem em outros empregos.

As formas de discriminação estão relacionadas a exclusão social que geram e multiplicam a pobreza. Sendo responsáveis pelas diversas formas de vulnerabilidade e formando barreiras para as pessoas e grupos discriminados consigam superar a pobreza e ter acesso a um trabalho decente (ABRAMO,2006)

O grau de escolaridade da maioria está entre nível fundamental da 5ª a 8ª série (33,04%), 27,86% fundamental 1ª a 5ª série, 16,65% possui o ensino médio, 8,72% nunca estudou, 8,28%

são alfabetizados (ler e escreve), 3,84% tem o técnico, 0,87% tem o ensino superior, 0,04% tem a pós-graduação e 0,70% não soube responder ou não respondeu.

De acordo com Romansini (2005) as profissões informais vêm crescendo devido à falta de qualificação dos profissionais. Observando a escolaridade encontrada no estudo onde a maioria tem apenas o ensino fundamental, conclui-se que é um quesito que interfere na inserção dos mesmo no mercado de trabalho formal.

A tabela 3 retrata variáveis acerca da segurança do trabalhador: quantos fazem uso de E.P.I, os acidentes de trabalho e se contribui para o INSS.

**Tabela 3-** Distribuição por sexo segundo o uso de Equipamento de Proteção Individual, Acidente de Trabalho e Contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social.

	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	N	%	n	%
<b>Utiliza EPI</b>						
<b>Sim</b>	103	4,49	230	10,03	333	14,52
<b>Não</b>	738	32,17	1151	50,17	1889	82,35
<b>Não sabe ou não respondeu</b>	42	1,83	30	1,31	72	3,14
<b>Já sofreu acidente de trabalho</b>						
<b>Sim</b>	197	8,59	220	9,59	417	18,18
<b>Não</b>	666	29,03	1161	50,61	1827	79,64
<b>Não sabe ou não respondeu</b>	20	0,87	30	1,31	50	2,18
<b>Contribui com o INSS</b>						
<b>Sim</b>	119	5,19	148	6,45	267	11,64
<b>Não</b>	743	32,39	1230	53,62	1973	86,01
<b>Não sabe ou não respondeu</b>	21	0,92	33	1,44	54	2,35

Fonte: Dados do INESC e elaboração própria da autora, 2015.

Identificou-se que 82,35% não faz uso de E.P.I, os que usam 14,52% e 3,14% não sabe ou não respondeu à pergunta. A maioria dos catadores da amostra foram encontrados no Aterro do Jóquei, o que pode justificar esse número alto dos que não utilizam E.P.I. No Estágio Obrigatório Supervisionado em Saúde Coletiva 3 que estou cursando nesse 2/2015, no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal tive a oportunidade de conhecer algumas cooperativas do DF e o Aterro. Pude perceber que os catadores que trabalham em cooperativas possuem um amparo maior dos que os que não são associados a alguma cooperativa, principalmente no que

se diz respeito ao E.P.I. As cooperativas geralmente disponibilizam esses equipamentos para os trabalhadores, já os que não são associados precisam adquirir individualmente.

Batista, Lima e Silva (2013) em sua pesquisa evidenciaram as situações de riscos como o físico e químico que esses catadores estão sujeitos quando não utilizam o E.P.I. Os físicos podem ocasionar lesões causadas pelo manuseio de objetos de vidros, alumínio, ferragens, alguns plásticos como os usados na fabricação de baldes, perfuro cortantes no geral e os químicos que podem ocasionar problemas de saúde como queimaduras, irritações nas mãos e na pele.

A maioria não contribui com INSS 86,01% e apenas 11,64% contribuem e 2,35% não soube responder ou não responderam. Essa não contribuição para a previdência os impede de receber vários benefícios como a aposentadoria, a pensão por morte para seus dependentes, o salário-maternidade, o auxílio-doença e acidente de trabalho. A maioria respondeu que não sofreu acidente de trabalho 79,64% e 18,18% responderam que já sofreram acidente. De forma geral, os catadores apenas consideram acidentes de trabalho acontecimentos que provoquem consequências graves os impedindo de trabalhar. Dessa forma conclui-se que é necessário investir em treinamentos e assistência, de forma que aumente a utilização do E.P.I e possa reduzir os problemas de saúde (CASTILHOS, 2013).

A tabela 4 retrata as características socioeconômicas - do tempo que trabalha com catação, se recebe outro benefício, as horas de trabalho, renda média familiar por mês e se recebe bolsa família.

**Tabela 4-** Distribuição por sexo segundo o perfil socioeconômico, Tempo de catação, recebe outro benefício, Horas de trabalho, Renda média familiar por mês e se recebe bolsa família.

	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
<b>Tempo de Catação</b>						
1 a 5 anos	793	34,57	1279	55,75	2072	90,32
6 a 10 anos	78	3,40	99	4,32	177	7,72
> 10 anos	1	0,04	3	0,13	4	0,17
Não sabe ou não respondeu	11	0,48	30	1,31	41	1,79
<b>Recebe outro benefício</b>						
Sim	17	0,74	67	2,92	84	3,66
Não	534	23,28	979	42,68	1513	65,95
Não sabe ou não respondeu	332	14,47	365	15,91	697	30,38
<b>Horas de trabalho</b>						
0 a < 4 horas	15	0,65	94	4,04	109	4,69
≥ 4 a < 8 horas	838	36,06	1284	55,25	2122	91,31
≥ 8 a < 12 horas	1	0,04	3	0,13	4	0,17
≥ 12 horas	1	0,04	1	0,04	2	0,09
Não sabe ou não respondeu	28	1,20	59	2,54	87	3,74
<b>Renda média familiar mês</b>						
Até 1 SM	448	19,53	947	41,28	1395	60,81
Maior que 1 SM até 2 SM	292	12,73	264	11,51	556	24,24
Maior que 2 SM até 3 SM	44	1,92	26	1,13	70	3,05
Maior que 3 SM até 5 SM	14	0,61	15	0,65	29	1,26
Maior que 5 SM até 10 SM	3	0,13	2	0,09	5	0,22
Não sabe ou não respondeu	82	3,57	157	6,84	239	10,42
<b>Recebe bolsa família</b>						
Sim	64	2,79	558	24,32	622	27,11
Não	588	25,63	610	26,59	1198	52,22
Não sabe ou não respondeu	230	10,03	243	10,59	473	20,62
Não se aplica	1	0,04	0	0,00	1	0,04

Fonte: Dados do INESC e elaboração própria da autora, 2015.

Da amostra, 90,32% trabalha de 1 a 5 anos na profissão de catação, 7,72% de 6 a 10 anos, 0,17% mais de 10 anos e 1,79% não soube ou não respondeu. Os que declararam receber outro benefício além da bolsa família foram 3,66% e 65,95% responderam que não recebem. Essa alta porcentagem de pessoas que responderam não receber outro benefício pode ser um viés de informação por medo de declarar que recebe e perder outros benefícios do governo.

As horas trabalhadas estão entre o parâmetro normal sendo que 91,31% trabalham entre 4 e 8 horas, 4,69% trabalham de 0 a 4 horas, 0,17% mais de 12 horas e os que não souberam ou não responderam totalizaram 3,74%. Dados parecidos foram encontrados nos estudos de Castilhos (2013).

Em relação a renda média mensal da família a maioria 60,81% recebe menos de um salário mínimo por mês, 24,24% recebem de um a dois salários mínimos, 3,05% de dois a três salários mínimos, 1,26% de três a cinco salários mínimos e 0,22% de cinco a dez salários mínimos. Essa variação de renda provavelmente é resultante do número de horas trabalhadas, da experiência com o trabalho e da quantidade e qualidade do material encontrado por cada um. Alguns catadores seguem uma rotina no trabalho, enquanto outros não, variando a quantidade diária de cada um. Devido a isso as cooperativas geralmente adotam a política de pagamento individual sendo proporcional a produção de cada um (IPEA, 2010).

Sobre o benefício da bolsa família a maioria respondeu que não recebe 52,22%, os que recebem são 27,11% e que não respondeu 20,62%. Dessa forma estes 20% possivelmente poderia estar omitindo a informação devido ao receio de perder outras bolsas ou benefício do governo.

A tabela 5 retrata os dados de catadores que possuem o cadastramento no CadÚnico, o registro na ocupação de catador pela CBO, se possui vínculo com alguma associação e se trabalha em outra ocupação além de catador.

**Tabela 5-** Distribuição por sexo segundo Cadastro no CadÚnico, Classificação na CBO, Vínculo com Associação e se trabalha em outra Ocupação.

	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
<b>CadÚnico</b>						
<b>Sim</b>	371	16,17	1046	45,60	1417	61,77
<b>Não</b>	456	19,88	294	12,82	750	32,69
<b>Não sabe ou não respondeu</b>	57	2,48	71	3,10	128	5,58
<b>CBO</b>						
<b>Sim</b>	347	15,13	766	33,39	1113	48,52
<b>Não</b>	90	3,92	231	10,07	321	13,99
<b>Não sabe ou não respondeu</b>	335	14,60	353	15,39	688	29,99
<b>Não se aplica</b>	111	4,84	61	2,66	172	7,50
<b>Vínculo c/ associação</b>						
<b>Sim</b>	708	30,86	1137	49,56	1845	80,43
<b>Não</b>	166	7,24	255	11,12	421	18,35
<b>Não sabe ou não respondeu</b>	9	0,39	19	0,83	28	1,22
<b>Possui outra ocupação</b>						
<b>Sim</b>	103	4,49	230	10,03	333	14,97
<b>Não</b>	738	32,17	1151	50,17	1889	82,35
<b>Não se aplica</b>	2	0,09	0	0,00	2	0,09
<b>Não sabe ou não respondeu</b>	40	1,74	30	1,31	70	3,05

Fonte: Dados do INESC e elaboração própria da autora, 2015.

Dos que responderam ao questionário 61,77% são cadastrados no CadÚnico, 32,69% não são e 5,58% não sabiam ou não responderam. A maioria é cadastrada o que reflete um bom resultado, pois é necessário ter esse cadastro para poder receber outros benefícios, como a Bolsa Família, Pró-jovem Adolescente/Agente Jovem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Tarifa Social de Energia Elétrica e outros.

De acordo com as respostas, foram cadastrados na ocupação de catador na CBO no CadÚnico 48,52%, os que não são registrados 13,99%, não souberam ou não respondeu 29,99% e 7,50% não se aplica.

Grande parte possui vínculo com alguma associação 80,43%, os que não tem nenhum vínculo 18,35% e 1,22% não soube ou não respondeu à questão. Existe a chance desse número haver alguma alteração por parte dos catadores que responderam, pois, a maioria foi encontrada no Aterro. Possivelmente o motivo pelo qual eles possam ter burlado essa questão é porque

acreditam que os associados às cooperativas possuem mais chances de participarem de programas Governamentais ou ganhar indenização de forma mais fácil no fechamento do lixão.

A maioria trabalha apenas como catador (82,35%), possuem outra ocupação (14,97%), não respondeu ou não soube responder (3,05%) e que não se aplica 0,09%. Essa diferença provavelmente é devido ao número de horas que trabalham por dia com catação. Como o percentual foi maior entre 8 horas trabalhadas diariamente eles não conseguiriam ter tempo de exercer outra função além dessa.

A tabela 6 apresenta quantas pessoas na família são registradas no CadÚnico, quantas pessoas na família são catadores (as), se aceitaria se juntar a outras cooperativas e se possui interesse de trabalhar de forma organizada.

**Tabela 6-** Distribuição por sexo segundo o número de pessoas na família registradas no CadÚnico, número de pessoas na família catadores (as), que aceitaria se juntar a outras cooperativas e interesse em trabalhar de forma organizada.

	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
<b>Quantas pessoas na família foram registradas?</b>						
1	131	5,71	156	6,80	287	12,51
2	40	1,74	202	8,81	242	10,55
3	31	1,35	220	9,59	251	10,94
4	35	1,53	175	7,63	210	9,15
5	24	1,05	118	5,14	142	6,19
6	12	0,52	39	1,70	51	2,22
7	5	0,22	26	1,13	31	1,35
8	3	0,13	15	0,65	18	0,78
9	1	0,04	5	0,22	6	0,26
>10	1	0,04	1	0,04	2	0,09
Não se aplica	600	26,16	454	19,79	1054	45,95
<b>Quantas pessoas na família são catadores(as)</b>						
1	270	11,77	765	33,35	1035	45,12
2	101	4,40	200	8,72	301	13,12
3	24	1,05	40	1,74	64	2,79
4	16	0,70	10	0,44	26	1,13
5	10	0,44	5	0,22	15	0,65
6	2	0,09	3	0,13	5	0,22
7	0	0,00	1	0,04	1	0,04
8	1	0,04	1	0,04	2	0,09
9	1	0,04	1	0,04	2	0,09
Não se aplica	458	19,97	385	16,78	843	36,75
<b>Aceitaria se juntar a outras cooperativas</b>						
Sim	465	20,28	811	35,37	1276	55,65
Não	384	16,75	540	23,55	924	40,30
Não sabe ou Não Respondeu	34	1,48	59	2,57	93	4,06
<b>Tem interesse em trabalhar de forma organizada?</b>						
Sim	765	33,36	1253	54,64	2018	88,01
Não	106	4,62	140	6,11	246	10,73
Não sabe ou Não Respondeu	12	0,52	17	0,74	29	1,26

Fonte: Dados do INESC e elaboração própria da autora, 2015.

Pode-se perceber que a maioria tem apenas uma pessoa cadastrada da família no CadÚnico, os que não se aplicam provavelmente são os que responderam que não há catadores na família. Este dado se relaciona com a pergunta que trata se sobre quantas pessoas na família são catadores (as) a maioria respondeu que apenas uma 45,12%. Percebe-se que dentro dessas

famílias são poucos os que trabalham com catação. Diferente do estudo realizado pelo Censo (2010), que constatou que de 1.426.584 pessoas no Brasil a cada família 4 se declaram trabalhar com coleta de material reciclável.

Da amostra 55,65% responderam que aceitariam se juntar a outras cooperativas, 40,30% responderam que não e que não sabe ou não respondeu 4,06%. Acerca de saber o interesse deles quanto a se juntar se a outras cooperativas e a outra pergunta referente o interesse de trabalhar de forma organizada é em virtude do previsto fechamento do Aterro e a transferência desses catadores para os Centros de Triagem, onde haverá uma miscigenação de cooperativas.

Os que possuem interesse em trabalhar de forma organizada, ou seja, em cooperativas 88,01% responderam que sim, que não tem interesse 10,73% e que não respondeu ou não soube responder 1,26%. A maioria possui interesse, o que retrata um bom resultado, pois a previsão que isso ocorra é início de 2016, segundo o SLU.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Pró Catador no DF ainda é muito recente e está em fase de implementação, portanto percebe-se que maior parte do projeto base não foi concluído devido a delonga, primeiramente em conseguir o órgão executor que teve um atraso de um ano e meio até assinar o convênio com o INESC, e em seguida surgiram problemas devido a troca de Governo o que interferiu no Comitê Gestor e conseqüentemente no repasse de recursos para realização das metas.

Constata-se que mesmo com a não realização da atividade de cadastramento no CadÚnico desses catadores pelo programa, a maioria declarou no questionário aplicado pelo INESC já ser cadastrado. Um ponto importante a ser observado, pois é através desse cadastro que eles têm o direito a participação de programas governamentais.

Considerando- se que para realizar a meta três, onde seria disponibilizar assistência técnica para empreendimentos de Economia Solidária constituídos por catadores (as) de material reciclável e reutilizável, a fim de estimular a formação e o fortalecimento de redes de cooperação e comercialização dos resíduos coletados, para isso será necessário disponibilizar recursos e passar por aprovações. Sugere-se ao INESC que procurem parcerias com instituição pública de ensino, como a UnB, por exemplo, por meio de projeto de extensão para a realização da atividade.

A partir das referências levantadas percebe-se que os catadores de materiais recicláveis através de seus esforços obtiveram conquistas ao longo dos anos e já deveriam estar em prática, mas não estão. A PNRS estabelece que os catadores deveriam ser priorizados na participação da coleta seletiva, porém isso não acontece no Distrito Federal, como observado nesse trabalho. No Aterro do Jóquei, conhecido como Lixão da Estrutural, foram mapeados 1.500 catadores, local este que recebe a maior quantidade de rejeitos e minoria de recicláveis. A Política também institui a melhoria das condições de trabalho dos catadores, mas percebe-se que a maioria do grupo ainda vive em condições precárias no trabalho, como a exposição ao sol e chuva, o odor, riscos que estão submetidos devido ao não uso de EPI e como observado, 82,35% não utilizam os EPI's.

Apesar de todas as conquistas que tiveram até o momento esse grupo de trabalhadores ainda fazem parte da categoria de pessoas vulneráveis e enfrentam diversos problemas em seu ambiente de trabalho, perante a sociedade por serem vistos marginalizados e excluídos pela

atividade que praticam. É preciso expor para a população a importância que os catadores exercem tanto no meio ambiente quanto para a economia do País.

A inclusão desses catadores nos Centros de Triagem é uma atividade que requer prudência, precisa-se pensar no que será feito após essa criação. Quem irá fiscalizar? O SLU? É necessário elaborar um plano operacional para essas questões administrativas. Esses Centros de Triagem não serão das Cooperativas, serão patrimônio público e, portanto, requerem fiscalização. É preciso elaborar também um manual de contratação com as cooperativas para utilização desse patrimônio. Como serão essas contratações? O que compete aos catadores no papel administrativo? Como serão os vínculos trabalhistas dos Catadores? Quais serão suas garantias e direitos?

Após essa inclusão nos Centros de Triagem vão haver algumas alterações como exemplo, catadores que não cumprem horário vão ter que passar a cumprir, os que não utilizam EPI terão que utilizar, etc. As cooperativas vão precisar comprar esses equipamentos de proteção, fazer fundos de reserva para quando houver acidente de trabalho, fazer recolhimento de INSS. É necessário pensar em tudo isso com precaução, pois essa inclusão ainda é muito nova para esses trabalhadores.

Na etapa dois o que nos chama atenção nos resultados é que a amostra total de 2.294 catadores mapeados até o momento e 1.500 foram encontrados só no Aterro do Jóquei, uma quantidade que chega a ser espantosa. Dessa forma percebe-se como é importante a assistência do Programa Pró Catador no DF em todas as suas metas antes e após o fechamento do lixão.

Através dos resultados da etapa dois percebe-se que a maioria desses catadores tem escolaridade apenas do nível fundamental e devido as horas que trabalham diariamente é pouco provável que eles dêem continuidade aos estudos. A meta dois do programa Pró Catador DF que trata se de realizar capacitações com esse grupo, seria a forma de ajudá-los nesse obstáculo, pois os horários seriam de acordo com o trabalho, o tema seria uma abordagem que eles iriam ter interesse e poderiam aplicar em outras circunstâncias.

Outro ponto que chama atenção no resultado da etapa dois é que a maioria dos catadores estão na faixa etária de jovens e adultos, o que mostra a necessidade da criação de políticas públicas para inclusão econômica e social desses jovens.

Contudo, sugiro uma nova análise e acompanhamento do programa após sua implementação com utilização de dados primários. A partir da vivência dos diversos autores para adquirir outros resultados e conclusões, e desta forma comparar com este estudo.

Este trabalho pretendeu iniciar a discussão dessa temática ainda recente, mas de realidade cruel. É um campo de atuação do bacharel de saúde coletiva, que recebe instrumentos para acompanhar e efetivar políticas públicas dessa magnitude.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro**. Revista Ciência e Cultura, v.58, n.4, São Paulo out./dez., 2006.

BATISTA, FGA; LIMA, VLA; SILVA, MMP. **Avaliação dos riscos físicos e químicos no trabalho de catadores de materiais recicláveis, Campina Grande-PB**. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. v.8, n.2, p. 284-290, ISSN: 19818203, abr-jun, 2013.

BORTOLI, MA. **Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos**. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 105-114 jan./jun. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Governador do Distrito Federal (2015-2018- Rodrigo Rollemberg). Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. **Relatório do Diagnóstico de Resíduos Sólidos Distrito Federal (2014)**. Brasília, março 2015 a. 33 p.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. **RELATÓRIO ANUAL DA COLETA SELETIVA – 2014: Avaliação do 1º ano de ampliação dos serviços para todo o DF**. Brasília, 2015 b. 29p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/MS Sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, 12 de dezembro de 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único, o que é e para que serve**, 02 de julho de 2015 c.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**. Brasília: Planalto, 2010 a.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. **Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências**. Brasília: Planalto, 2010 b.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. **Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências**. Brasília: Planalto, 2010 c.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Brasília: Planalto, 1971.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Brasília: Planalto, 2012.

BRASIL. Secretaria de Governo. Presidência da República. **Secretaria-Geral da Presidência da República divulga as quatro iniciativas vencedoras do II Prêmio Cidade Pró-Catador. 2014.** Disponível em: < <http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2014/novembro/24-11-2014-secretaria-geral-da-presidencia-da-republica-divulga-as-quatro-iniciativas-vencedoras-do-ii-premio-cidade-pro-catador> > Acesso em: 02 de novembro de 2015.

BRASIL. Secretaria de Governo. Presidência da República. **Secretaria-Geral divulga vencedores do Prêmio Cidade Pró-Catador. 2013.** Disponível em: < <http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2013/11/25-11-2013-secretaria-geral-divulga-vencedores-do-premio-cidade-pro-catador> > Acesso em: 02 de novembro de 2015.

BRASIL. Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal SLU. **Coleta Seletiva** Disponível em: < <http://www.slu.df.gov.br/gestao-de-residuos/coleta-seletiva.html> >. Acesso em: 04 de junho de 2015.

BRINGHENTI, JR; GIINTHER, WMR. **Participação social em programas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos.** Eng. Sanit Ambient | v.16 n.4 | out/dez 2011.

BRINGHENTI, J. **Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos: Aspectos Operacionais e da Participação da População.** 2004. 316 f. 9 Tese (Doutorado- Departamento de Saúde Ambiental) Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo, São Paulo 2004.

CAMPOS, HKT. **Renda e evolução da geração per capita de resíduos sólidos no Brasil.** Eng Sanit Ambient | v.17 n.2 | abr/jun 2012 | 171-180.

CASTILHOS JUNIOR, AB et al. **Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil.** Ciênc. Saúde coletiva vol.18 no.11 Rio de Janeiro Nov. 2013.

CEMPRE. **Pesquisa Anual Sobre Coleta Seletiva.** Ciclossoft 2004.

CEMPRE. **Pesquisa Anual Sobre Coleta Seletiva.** Ciclossoft 2006.

CEMPRE. **Pesquisa Anual Sobre Coleta Seletiva.** Ciclossoft 2008.

CEMPRE. **Pesquisa Anual Sobre Coleta Seletiva.** Ciclossoft 2010.

CEMPRE. **Pesquisa Anual Sobre Coleta Seletiva.** Ciclossoft 2012.

CEMPRE. **Pesquisa Anual Sobre Coleta Seletiva.** Ciclossoft 2014.

CHAMPAGNE, F. et al. Os tipos de avaliação. In BROUSSELLE et al. **Avaliação conceitos e métodos.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz 2013. Cap. 2, p. 77- 94.

DALFOVO, MS; LANA, RA; SILVEIRA, A. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.

GIL, AC. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas,2008.

GODOY, AS. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1503-1510. Jun. 2012.

HARTZ, ZMA. org. **Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 132 p.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIECÔMICOS-INESC. **Projeto Pró Catador DF.** Brasília, dezembro de 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA -IPEA. **Relatório Situacional materiais recicláveis 2013.** Brasília, 2013. 72 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Relatório de Pesquisa – Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos.** [Online]. 2010. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/253/\\_arquivos/estudo\\_do\\_ipea\\_253.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_arquivos/estudo_do_ipea_253.pdf) Acesso em: 10 de outubro 2015.

JESUS MCP, SANTOS SMR, ABDALL JGF, JESUS PBR, ALVES MJM, TEIXEIRA N, et al. **Avaliação da qualidade de vida de catadores de materiais recicláveis.** Rev. Eletr. Enf. [Online]. 2012. Disponível em: < [https://www.fen.ufg.br/fen\\_revista/v14/n2/v14n2a07.htm](https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v14/n2/v14n2a07.htm)> Acesso: 20 de novembro de 2015.

LEONE, Eugenia Troncoso; BALTAR, Paulo. **A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro.** Rev. bras. estud. popul., São Paulo , v. 25, n. 2, p. 233-249, dez. 2008. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01020982008000200003&lng=pt&nr m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01020982008000200003&lng=pt&nr m=iso)>. Acesso: em 29 nov. 2015. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982008000200003>>.

MAGNI, Ana Amélia Calaça. O modelo cooperativista – peculiaridades e histórico. **Cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos: perspectivas de sustentabilidade.** 2011. 118f. Dissertação (mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2011.

MARTINS, CHB; CARVALHO, PGM; BARCELLOS, FC; MOREIRA, GG. **Da Rio-92 à Rio+20: avanços e retrocessos da Agenda 21 no Brasil.** Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 42, n.3, p. 97-108, 2015.

MEDEIROS, LFR; MACEDO, KB. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** Psicol. Soc. [online]. 2006, vol.18, n.2, pp. 62-71.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Convênio que entre si celebram o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Governo do Distrito Federal por meio da Secretaria de Estado de desenvolvimento Social e Transferência de Renda, objetivando fomentar empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação atuantes com resíduos sólidos -constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis recicláveis com vistas a superação da pobreza extrema, no âmbito do plano Brasil Sem Miséria.** Brasília, 2012.

MUCELIN, CA; BELLINI, M. **Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano.** Sociedade & Natureza, Uberlândia, 20 (1): 111-124, jun. 2008.

NETO, TJP. **A Política Nacional de Resíduos Sólidos: Os Reflexos nas Cooperativas de Catadores e a Logística Reversa.** Revista Diálogo 18.indd 77, Canoas; jan-jun 2011; pp. 77-96.

PRATES, CI **“Tem algo podre no lixo? A coleta seletiva do lixo em hospitais públicos de Brasília.”** 2011. 212 f. Dissertação (Modalidade Profissional em Saúde Pública) – FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

PUPPIN, JMA. **Histórico dos Catadores** Distrito Federal. Apresentação para o Serviço de Limpeza Urbana SLU, 2015.

ROMANSINI, SRM. **O catador de resíduos sólidos recicláveis no contexto da sociedade moderna** [dissertação]. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense; 2005.

SEBRAE. **Cooperativismo:** Saiba mais. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Entenda-asdiferen%C3%A7as-entre-associa%C3%A7%C3%A3o-e-cooperativa>> Acesso em: 21 de junho de 2015.

SIQUEIRA, MM; MORAES, MS de **Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo.** Ciênc. Saúde coletiva, Dez 2009, vol.14, no.6, p.2115-2122.

## ANEXO 1

## Ofício ao Inesc para obtenção de dados da Etapa 2.



Universidade de Brasília Campus Ceilândia - FCE

Brasília, 18 de setembro de 2015

Ao INESC – Programa Pró-Catador do DF

Assunto: solicitação de dados do Programa Pró-Catador do DF

Prezado Coordenador,

Eu, Vanessa Resende Nogueira Cruvinel, professora adjunta do Curso de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília, Campus de Ceilândia, matrícula 106161-5, solicito junto ao INESC a liberação dos dados coletados para o Programa Pró-Catador no DF para serem utilizados na monografia de Trabalho de Conclusão de Curso: "Avanços e desafios da profissão de catador de resíduos sólidos: uma análise do programa pró catador DF" da estudante Lyliane Matos Sena. Matrícula: 11/0063589 do qual sou orientadora.

Atenciosamente,

Vanessa Resende Nogueira Cruvinel  
Professora Adjunta da Faculdade de Ceilândia  
11/0063589

Recebi uma cópia  
em 24/09/15  
Inabela INESC